

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO: ATORES E PARCERIAS NA EDUCAÇÃO RURAL

THE CONSTRUCTION OF THE DEMOCRATIC PROCESS: AGENTS AND PARTNERSHIPS IN RURAL EDUCATION

Terezinha Sandri¹, Maria Antônia de Souza²

¹ Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Campus em Uvaranas, Ponta Grossa, PR, Brasil; (42) 3224-3340 e 3225-2766; e-mail: teresandri@ig.com.br

² Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, Campus Central, Ponta Grossa, PR

Recebido para publicação em 03/08/2004

Aceito para publicação em 29/10/2004

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um mapeamento das organizações sociais e programas governamentais presentes no meio rural paranaense. São atores sociais e programas que objetivam desenvolver processos educativos e assistência técnica orientada para os pequenos proprietários. Parte-se da discussão sobre o processo de construção democrática, em especial a década de 1990, quando as práticas sociais com características democráticas são intencionadas, ampliadas e experimentadas pelas organizações sociais. Os movimentos sociais e ONGs impulsionam atividades vinculadas ao meio rural. Discute-se a ampliação do espaço público e a parceria como a possibilidade de encontros entre atores sociais diferentes, porém com objetivos em comum. Constata-se, através de análise documental e entrevistas, que o desafio central percorrido pelas organizações e programas governamentais é o desenvolvimento rural, através de processos educativos formais ou não-formais. As temáticas que percorrem este trabalho são: Sociedade Civil e Estado, processo de democratização, espaço público, parcerias e educação no meio rural.

Palavras-chave: educação, parceria, atores sociais

ABSTRACT

The aim of this project is to present a mapping of the social organizations and governmental programs in the rural area of Paraná. These are social agents and programs that aim at developing educational processes and technical support to owners of small rural estates. The study starts with a discussion of the process of

democratic construction, especially in the 1990s, when the social practices with democratic characteristics are implemented, enlarged and experienced by the social organizations. The social movements and NGOs impel activities linked with the rural milieu. This research discusses the amplification of the public space and the partnerships as a way to enable the meeting of different social agents that share the same objectives. It concludes, through the documentary analysis and the interviews, that the central challenge faced by the organizations and the governmental programs is the development of the rural area by means of formal and non-formal educational processes. The themes present in this study are: Civil Society and State, democratization process, public space, partnership and education in the rural milieu.

Key words: education, partnership, social agents

1. Introdução

Este texto é oriundo das inquietações presentes em duas pesquisas que focalizam a Educação Rural. Traz um mapeamento dos atores sociais e governamentais presentes no meio rural, no Estado do Paraná, na esfera da assistência técnica, da educação formal e de processos educativos amplos. Entende-se a educação como uma prática social que pode ocorrer na dimensão formal (escolaridade oficial) ou na dimensão não-formal, englobando atividades educativas em grupos, no contexto de objetivos definidos pelo mesmo. Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas análises de documentos produzidos pelos atores sociais e entrevistas com os envolvidos nas organizações focalizadas. No campo teórico metodológico foram priorizadas as técnicas localizadas na abordagem qualitativa de pesquisa e os autores que discutem democratização e espaço público, a exemplo de Caccia Bava, Dagnino e Draibe. Portanto, focaliza-se a sociedade civil e a idéia de parceria como elementos impulsionadores do espaço público e neles a preocupação com a educação e desenvolvimento rural.

Inicialmente será realizada uma reflexão sobre a construção do processo democrático no país e do espaço público, localizando a presença de ONGs e movimentos sociais. Em seguida será apresentado o mapeamento dos atores sociais presentes no meio rural, destacando algumas de suas especificidades. Por fim, uma reflexão sobre o processo educativo desencadeado pelos atores sociais e governamentais.

2. Construção do processo democrático e do espaço público

A década de 1990, no Brasil foi marcada pelo desenvolvimento do ideal e práticas democráticas. Uma democracia que vem se consolidando sob forte influência da sociedade civil e que mostra a contradição vivida por esta sociedade, pelo Estado e na inter-relação entre estas duas esferas. Uma sociedade heterogênea, onde surgem distintos grupos de interesses (homogêneos e antagônicos), que buscam se fazer representar no interior do próprio Estado.

A aglutinação dos diferentes setores da sociedade civil se deu num cenário de extrema centralização e autoritarismo do Estado, como reação ao progressivo fechamento das possibilidades de participação, como foi o caso da limitação dos partidos políticos. Igrejas organizadas em pastorais e sindicatos buscaram renovação para dar respostas às demandas por participação política da sociedade. Não só estes setores preocupados com as lutas populares, como também outros setores uniram-se a eles na defesa dos direitos humanos, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Nesse sentido, a luta contra o autoritarismo e pela conquista da democracia no Brasil teve a participação de diversos setores da sociedade civil.

Há mais de três décadas da instalação do regime autoritário, o setor da sociedade civil que luta pela construção da cidadania mostra seu potencial de participação e de conquista, desenvolvido durante o lon-

go caminho que se iniciou com o declínio da ditadura militar, com avanços e retrocessos, a vivência de uma contradição representada por uma certeza incerta.

A democratização também se faz presente no interior do próprio Estado, apesar do seu enfraquecimento a partir da implantação das políticas neoliberais que vêm exigir ajustes estruturais, procurando transferir para a sociedade civil algumas funções tidas antes como estatais, como por exemplo, a de fiscalização quanto ao uso do recurso público. Esta tendência neoliberal traz também uma possibilidade, e talvez isso tenha se tornado, mais um reforço na conquista do ideal democratizante almejado pela sociedade, já que o Estado dá sinais de abertura, num momento em que a sociedade questiona sua capacidade de dar conta dos problemas crescentes da exclusão e da desigualdade social.

Neste cenário, a conquista da democracia é também a construção do espaço público. O fortalecimento dos movimentos sociais, como sujeitos coletivos que avançam em conquistas emancipatórias tem um papel fundamental na mudança para uma sociedade mais humanitária. É o caso do movimento dos trabalhadores, urbanos e rurais, que lutam pela igualdade de oportunidades de trabalho e condições de sobrevivência. Segundo Kauchakje (2003), o espaço público se dá na interface da esfera da sociedade com a esfera política, resultando na esfera pública, isto é, formando-se o consenso.¹ Podendo esse consenso ser hegemônico, quando ocorre a manutenção dos interesses do próprio Estado representando a classe dominante ou contra-hegemônico, quando a sociedade provoca transformações na esfera dos direitos. Esta possibilidade existe a partir do momento em que o Estado perde a homogeneidade autoritária que existia no seu interior e adota, conforme expressa Dagnino (2002, p. 13): “uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da ‘participação da sociedade civil’”.

Na contradição do processo democrático é possível estabelecer diálogo que permita o resgate da cidadania. Uma das condições básicas de cidadania é o direito à Educação e o dever do Estado para garantir a

Educação a todos. Isto se apresenta como uma possibilidade de construção de políticas educacionais. No contexto neoliberal, em que o Estado conclama a participação da sociedade civil, isto resulta na abertura de um espaço para os atores que têm o desejo dessa construção.

Tratando-se de meio rural, as ONGs e movimentos se voltaram para os assuntos que afetam os excluídos da modernização, pequeno agricultor e o trabalhador rural. Estes movimentos interferem para o ressurgimento deste setor considerado antes quase esquecido, em processo de extinção. É o caso do surgimento da FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul, ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, entre outros.

No âmbito governamental, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, podemos citar programas Estaduais, como é o caso do Projeto “Paraná 12 Meses”. Se isto ocorreu por uma conquista dos próprios trabalhadores, foi também a partir da evidência do grande número de pequenos agricultores incapacitados de subsistir naquela condição, causando enorme problema social.

Estes programas e instituições se originam e se desenvolvem, a partir do discurso e da prática das parcerias. As parcerias se formam, a nosso ver, a partir de necessidades individuais, que muitas vezes são de âmbito econômico e financeiro. Outras vezes busca-se parceiros que ajudem a reforçar projetos políticos e ideológicos. Enfim é a busca do complemento para alcançar o objetivo que sem o parceiro não se consegue atingir. Para Caccia Bava (1999, p.15), “O termo parceria indica a disposição de uma ação conjunta entre os diferentes, mas não qualifica que ação é esta, que relações se estabelecem e com que objetivos”.

Na maioria das vezes, ao alcançar o objetivo que motivou cada um a estabelecer a parceria, o relacionamento se desfaz. Isto acontece frequentemente na execução de programas. É comum o estabelecimento de parcerias entre movimentos e organizações, tanto da sociedade civil como do estado, somente para a captação do recurso financeiro ou para o desenvol-

¹Conteúdo desenvolvido pela Profa. Dra. Samira Kauchakje, junto à disciplina “Intermediação de Interesses – Cultura e Governabilidade – Dilemas do Ideal Democrático Contemporâneo”, do Mestrado de Ciências Sociais Aplicadas na UEPG, em 15 de abril de 2003.

vimento de Marketing de seus produtos, tendo em vista que os objetivos de ambos não são comuns. A isso podemos chamar de “pseudo parceria”. Esta dificuldade advém das relações de competição e autoritarismo vividos na sociedade gerida pelo capital.

Apesar dos limites apresentados na prática da parceria, estão inerentes nela também possibilidades de uma construção comum quando são criados projetos para a defesa do interesse público. Segundo Caccia Bava (1999, p. 15), “O exercício da parceria é um aprendizado democrático onde a riqueza das contribuições de cada instituição está justamente no aporte diferenciado que cada parceiro pode trazer para o projeto conjunto”. Para ele, os diferentes se complementam e se potencializam mutuamente desde que haja “[...] respeito à multiculturalidade, à autonomia e independência de cada um dos seus integrantes”. Por esta ótica, poderá se construir projetos de interesse comum, respeitando a individualidade dos parceiros. A estratégia de construção destes projetos de interesse público passa pela negociação e pelo respeito ao direito da participação.

3. Atores sociais e programas presentes no meio rural

A emergência de movimentos e instituições da sociedade civil e a criação de programas no âmbito do Estado, com maior expressão nas duas últimas décadas, dão sinais de uma nova era para o setor rural no que se refere a possibilidades de inclusão. São atores que atuam em áreas limitadas, mas que vão se articulando, formando parcerias, ampliando cada vez mais o espaço de participação através de ações de qualificação técnica, formação política e educação para a cidadania. De acordo com sua origem e processos de estruturação, podemos classificá-las em dois grupos: no primeiro grupo estão as instituições da sociedade civil e no segundo, os programas e instituições governamentais.

3.1. Instituições da Sociedade Civil

Na sociedade civil destacamos quatro instituições que têm atuação no Estado do Paraná. Entre elas,

citamos a **FETRAF-SUL** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, coordenada pela CUT – Central Única dos Trabalhadores. Seu principal objetivo é a consolidação de um projeto de “Desenvolvimento Sustentável e Solidário”. Articula parcerias com organizações que tenham afinidade político-ideológica em defesa da agricultura familiar, com a finalidade de realizar experiências na área da formação profissional.

A FETRAF-SUL justifica sua defesa da agricultura familiar por ela ser “propulsora do desenvolvimento local”. Esta justificativa está embasada em análises dos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: “Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, o setor agrícola da Região Sul gerou um Valor Bruto da Produção (VBP) é equivalente a R\$ 15 bilhões. Deste total, R\$ 8,7 bilhões (57%) foram gerados nos estabelecimentos familiares. Ou seja, mesmo ocupando apenas 44% da área agrícola utilizada, a agricultura familiar gera 57% do VBP – Valor Bruto da Produção, da região” (REICH, 2002, p. 9). Sua principal estratégia de atuação é o estabelecimento de parcerias para a realização de experiências que possam contrapor a alternativa neoliberal no Brasil, criar resistências contra os setores dominantes da agricultura e potencializar o fortalecimento da agricultura familiar, no campo da agroecologia, associativismo, industrialização e comercialização.

No campo da educação/formação a FETRAF-SUL desenvolve o projeto “Terra Solidária”, estruturado em torno de conteúdos que dêem conta de todas as necessidades da agricultura familiar. Como objetivos específicos neste projeto destacamos a formação profissional, a capacitação no campo político, técnico e econômico, a troca de conhecimentos entre os agricultores, a intervenção nas cadeias produtivas, tendo como base a agroecologia e a sustentabilidade e a transformação das relações sociais.

O Projeto é apresentado como uma proposta da construção do “novo”, isto é, a formação de sujeitos capazes de construir uma nova sociedade, solidária, sem exclusão, como também uma nova agricultura, agroecológica, com bases tecnológicas que tenham como prerrogativa a preservação da vida. Esta formação profissional é identificada como uma forma de “educação para a cidadania”, porque propõe conteúdos e estratégias que vão além do conhecimento técnico,

voltado para o campo econômico: a interação com o meio, a cooperação e os valores éticos, culturas e políticas necessárias à transformação social.

Outra instituição que podemos mencionar nesse processo de inclusão social no meio rural é a **RURECO** - Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste do Paraná. Teve sua origem no início da década de 1980, entre grupos de pequenos agricultores de alguns municípios da Região Centro-Oeste do Paraná², como movimento de contestação ao padrão de modernização da agricultura desenvolvido na década de 1970. Segundo Brandenburg (1999, p.176), “ARURECO surgiu com a função principal de prestar assessoria às associações e sindicatos filiados, visando fortalecer o desenvolvimento de uma “agricultura familiar-alternativa”, ou agroecológica.” Seus programas são financiados por órgãos não-governamentais do norte da Europa. Faz parte da rede de Organizações não Governamentais de Tecnologias Alternativas do Sul do país. Nasceu da necessidade de articular e coordenar as iniciativas dos agricultores e para atender suas demandas em capacitação, organização, comercialização e industrialização dos produtos.

A RURECO tem como objetivo a construção de uma proposta de incentivo ao desenvolvimento da região, buscando soluções a partir dos problemas sócio-econômicos existentes. Suas ações são estruturadas em torno de duas linhas: os projetos técnicos e as assessorias às organizações de agricultores. ARURECO busca potencializar a agricultura familiar devido a sua importância na geração de empregos e no abastecimento alimentar e por ser ela capaz de desenvolver uma agricultura sustentável.

Mencionamos como terceira organização, a **AS-PTA** – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, fundada em 1989, com a intenção de promover o desenvolvimento rural sustentável com base no fortalecimento da agricultura familiar e na agroecologia. Com 27 funcionários, atua no âmbito nacional. Possui um de seus três escritórios regionais, na cidade de União da Vitória, Paraná. As fontes de recursos para o desenvolvimento de suas atividades são as

agências internacionais de cooperação e, uma pequena parte de agências multilaterais e bilaterais e órgãos do governo brasileiro.

De acordo com a ficha de registro no catálogo de entidades no NEAD³, os objetivos da AS-PTA são: “Promoção do desenvolvimento rural sustentado com base na agricultura familiar e na agroecologia; geração, adaptação e difusão de tecnologias e processos produtivos adaptados à agricultura familiar e aos ecossistemas; influenciar a formulação de políticas públicas na área de desenvolvimento rural; geração de metodologias participativas”.

Por fim, merece destaque a **ASSESOAR** – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, uma associação de agricultores familiares, criada em 1966, com apoio dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus (padres belgas), profissionais liberais e empresários de Francisco Beltrão-Pr. Desenvolve projetos educacionais para o setor rural, voltados para a formação integral do ser humano e tem como princípio a autonomia dos agricultores. Sua atuação se concentra no município de Francisco Beltrão e outros municípios do Sudoeste do Paraná, contando com sócios ativos, sócios honorários e profissionais de diferentes áreas.

A ação da ASSESOAR está organizada em “[...] três eixos denominados de ‘Práticas Sociais Locais/Municipais’; ‘Práticas de Articulação e Ampliação’ e ‘Práticas Sociais de Reflexão/Estudo Sistemático/Formal’” (ASSESOAR, 2002). Na interação destes três eixos a entidade busca a geração de referências em desenvolvimento sustentável, visando ampliação na perspectiva das políticas públicas.

Seus principais projetos são o Projeto Vida na Roça, Educação Pública no Campo e Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – CLAFs. O projeto Vida na Roça tem como objetivo “[...] construir referências para o desenvolvimento do campo, especificamente para a agricultura familiar, mas já incluindo outras formas de trabalho e renda que começam a delinear-se neste espaço” (ASSESOAR, 2002, p. 11). A Educação Pública no Campo desenvolve ações na Pré-escola e Educação Fundamental, como também pro-

² Município de Turvo, Nova Tebas e Pitanga.

³ Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

gramas de formação de educadores e cursos de habilitação pós-médio em desenvolvimento sustentável.

Na seqüência será apresentado o conjunto de programas governamentais presentes no meio rural, lembrando que a maioria deles tem como prioridade o agricultor que possui maiores dificuldades de acesso a tecnologias, recursos financeiros e outras facilidades da vida pessoal e profissional. Apenas o PRONAF atende exclusivamente o agricultor familiar. Os demais têm uma abrangência maior, mesmo estabelecendo prioridade ao pequeno agricultor. Como ponto comum podemos citar a qualificação profissional.

3.2. Programas governamentais presentes no meio rural

A construção do processo democrático provocou mudanças significativas também na esfera governamental, refletindo-se em programas de capacitação e elaboração de linhas de crédito voltados para a inclusão social. O **PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – é o principal exemplo de reflexo da ação organizada da sociedade civil na agenda política/pública. Trata-se de um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda, criado em 1995 através de Decreto Presidencial.

Atualmente, o PRONAF está sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O PRONAF se justifica na ótica do benefício social da agricultura familiar, devido a sua capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. Nesta perspectiva, a agricultura familiar é uma alternativa economicamente produtiva e politicamente correta para minimizar grande parte dos problemas sociais ocasionados pelo êxodo rural. É um programa que visa o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida. Seus beneficiários diretos são os agricultores familiares e suas

organizações⁴. Inicialmente, o PRONAF se constituiu como um programa de financiamento da produção para a agricultura familiar. Em sua evolução foram criadas novas demandas, resultando na estruturação de outras linhas, como o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, a negociação de políticas públicas, capacitação e profissionalização de agricultores familiares e financiamento da agroindústria. O programa apóia especialmente as iniciativas que possibilitam a articulação de suas diversas linhas, com destaque na capacitação e profissionalização.

Em apoio à formação profissional de agricultores, foi criado também, em 1991, o **SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – uma instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura-CNA. “O objetivo do SENAR é organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural” (SENAR, 2003). O público beneficiário direto da entidade é o produtor rural que trabalha em regime de economia familiar, o trabalhador rural e seus familiares.

Como política pública de trabalho e renda, o Ministério do Trabalho criou em 1995 o **PLANFOR** – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Surgiu com a proposta de qualificar, a cada ano, 20% da População Economicamente Ativa – PEA, com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Enquanto política pública, o PLANFOR tem enfoque na qualificação profissional, visando reduzir o desemprego, combater a pobreza e a desigualdade social e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Segundo Draibe (1999, p. 117), os objetivos gerais do plano são:

Qualificar ou requalificar a Força de Trabalho, com foco na empregabilidade e nas potencialidades dos mercados regionais e locais de trabalho; elevar o nível de escolaridade da PEA, através da

⁴Para o programa, agricultores familiares são os pequenos produtores que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, que utilizam trabalho direto de sua família, cuja renda familiar bruta principal seja oriunda da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa. (BRASIL, 1996, p. 8).

erra-dicação do analfabetismo e da elevação da sua escolaridade até pelo menos o nível básico; estimular e apoiar a oferta de emprego e de oportunidade de geração de renda, através de alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micros e pequenos empreendimentos.

O PLANFOR, como política pública, busca promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento com equidade social. Seu foco prioritário é o atendimento a grupos vulneráveis, que têm dificuldade de acesso a outras alternativas de qualificação profissional.

No Estado do Paraná, consideramos pertinente destacar um programa criado em meados da década de 1990, possuindo alguns diferenciais em relação aos programas anteriores. Trata-se do Projeto **Paraná 12 Meses**, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O objetivo geral do projeto é “Aliviar a situação de Pobreza Rural no Estado numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural” (PARANÁ, 1997, p.14).

O projeto beneficia pequenos agricultores, trabalhadores rurais volantes e comunidades indígenas. Além do apoio financeiro direto ao beneficiário, viabiliza programas de capacitação e organização dos agricultores, assistência técnica e pesquisa.

Enquanto demanda da sociedade civil, o projeto direciona recursos financeiros para o combate à pobreza rural e melhoria da infra-estrutura familiar e social.

Por fim, vale destacar que as demandas sociais viabilizadas através da organização de grupos, se refletem nas instituições vinculadas ao governo, provocando mudanças na sua forma de atuação. É o caso da **EMATER-PR** – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, que atua em todo o Estado do Paraná. Como serviço de extensão rural que teve origem, na década de 1950, com objetivo de implantação da ideologia de expansão do capitalismo e da modernização da agricultura, hoje a EMATER é uma empresa pública que reflete as transformações da sociedade atual, conforme consta em seus documen-

tos: “[...] um instrumento do Estado na implementação das políticas públicas a serviço da população rural e do agronegócio, integrado e articulado com outras organizações públicas e privadas” (EMATER-PR, 2001, p. 4).

Como executora dos programas governamentais, a EMATER apresenta um formato de diversidade, porque agrega as demandas dos diferentes grupos do setor rural, embora priorize o atendimento aos pequenos agricultores, beneficiários dos programas governamentais. Tem como objetivo: “Contribuir para a modernização da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e qualidade de vida da população rural” (EMATER-PR, 2002).

4. Processos de Educação: conteúdos, metodologias

Tanto as organizações da sociedade civil como os programas e instituições governamentais descritos neste texto, trazem na sua temática processos educacionais e a preocupação com o desenvolvimento rural. Os atores da sociedade civil elaboram seus processos com a participação dos agricultores envolvidos e contribuição das parcerias. Alguns apresentam procedimentos metodológicos bem definidos, como o Projeto Terra Solidária, desenvolvido pela FETRAF-SUL e alguns projetos da ASSESOAR.

O projeto Terra Solidária é desenvolvido através de atividades práticas e teóricas, que devem ser permanentes. Tem o propósito de estimular os educandos a buscar a compreensão da sua realidade local, com o intuito de prepará-los para intervir nas políticas públicas, nos espaços de poder local e nas cadeias produtivas, buscando uma agricultura sustentável no sentido mais amplo e uma sociedade mais cooperativa.

Todas as atividades letivas devem partir do diagnóstico e pesquisa da realidade, metodologia que está em consonância com o objetivo de interação e transformação da realidade pelos sujeitos de forma coletiva.

O projeto “Terra Solidária” utiliza como instru-

mento de apoio, um caderno com textos contendo os princípios fundamentais e referências teóricas para embasar os temas do currículo. Utiliza também uma “ficha de orientação metodológica” para uso dos educadores no registro de suas experiências metodológicas que poderão ser depois socializadas entre as diversas organizações envolvidas.

A ASSESOAR destaca-se pela ação em projetos interinstitucionais e interdisciplinares. Envolve grande número de instituições de ensino, pesquisa, educação popular e outras que tenham atuação direta com a família rural. Seus processos metodológicos incluem práticas educativas não-formais, buscando construir referências para o desenvolvimento sustentável e articular parcerias visando ampliação das políticas públicas. Desenvolve também processos formais de ensino a partir das parcerias com instituições responsáveis por cursos de nível médio, pós-médio, graduação e especialização. Outros procedimentos adotados pela ASSESOAR são os fóruns regionais, feiras ecológicas e as semanas pedagógicas para formação de educadores.

A RURECO e ASP-TA desenvolvem procedimentos metodológicos mas não-formais. A estratégia de trabalho da ASP-TA se faz através de projetos demonstrativos de desenvolvimento local no Centro-Sul do Paraná, e na Paraíba. Atua em nível nacional com programas de cooperação para o desenvolvimento, como geração e difusão de metodologias participativas e experimentação agrônômica participativa e inserção em redes.

A RURECO elabora estratégias diferenciadas para cada projeto técnico relacionado à agropecuária e meio ambiente. Atua com seus técnicos e monitores, através de assessoria administrativa e comercial, cursos e assistência técnica.

Quanto ao setor governamental, encontramos diferentes metodologias que se distinguem de acordo com os objetivos das Instituições e dos programas. O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural tem como principal estratégia a oferta de cursos para a qualificação do trabalhador. Suas ações são organizadas de forma sistematizada, seguindo um processo de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle.

O SENAR elabora o conteúdo programático específico para a área rural e prepara seus instrutores

para a execução de cursos, treinamentos e seminários, dando ênfase às atividades práticas para que os alunos possam assimilar com mais rapidez os conteúdos repassados. Oferece também ações de promoção social e um programa de alfabetização de jovens e adultos.

O PRONAF, em sua linha de capacitação e profissionalização, libera recursos financeiros às entidades públicas e privadas que proporcionam conhecimentos e habilidades, de natureza gerencial, tecnológica e organizacional aos agricultores familiares. As principais estratégias para o alcance dos resultados são a participação, a difusão de experiências e tecnologias coerentes com as necessidades e a capacitação em gestão social. As técnicas utilizadas no processo de capacitação são definidas pelas instituições executoras das ações.

O Projeto Paraná 12 Meses também estabelece linhas gerais para a capacitação, proporcionando aos executores a liberdade para utilizar os processos considerados mais adequados. Para este projeto também, a capacitação deve estar em consonância com as outras linhas de ação do projeto.

A EMATER-PR, como empresa oficial de extensão rural, tem a capacitação como parte integrante de todos os demais projetos. Divide seus projetos em “Processos Finalísticos”, que são de conteúdo tecnológico, e “Processos Estratégicos”, ou de apoio, como o Processo de Organização e todas as atividades relacionadas à conquista da cidadania.

Os Processos Estratégicos têm como objetivo o desenvolvimento de capital humano e social e prestam suporte técnico e econômico para viabilizar os Processos Finalísticos. Têm como prioridade o atendimento a segmentos da população que necessitam de linhas de apoio específicas para o seu desenvolvimento. O propósito é a formação contínua e continuada de agricultores, incluindo jovens e mulheres, com vistas a ampliar e enriquecer em qualidade e responsabilidade a participação dos atuais e dos futuros líderes nos Conselhos Municipais e nas organizações afins.” (EMATER, 2002, p. 9).

As parcerias são estabelecidas de diferentes formas, dependendo da natureza de cada projeto ou ação a ser desenvolvida.

As principais mudanças de ordem estratégica ocorreram a partir da década de 1980, quando a EMATER adotou o processo de planejamento partici-

pativo com os agricultores e implementou ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, através de formação de Conselheiros municipais e apoio à elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural.

Os atores da década de 1990 que interferem na temática da exclusão no meio rural atuam com muita propriedade na educação rural, em processos formais e informais inovadores nas questões tecnológicas, ambientais, sociais, políticas e organizativas conquistados através do estabelecimento de parcerias.

O estudo das ações e programas aqui relatados nos permite ressaltar a importância da educação rural como fator de resgate à cidadania e inclusão social, a partir da década de 1990. A situação de crise vivida pelo meio rural no período após a modernização da agricultura, e as lutas desenvolvidas pelos diferentes atores para superá-la, nos coloca à frente de algumas possibilidades que passam pelo resgate dos direitos cidadãos e da cultura rural. Um exemplo disto são Casas Familiares Rurais que não foram especificadas neste texto, porém faz parte de outro estudo sobre Pedagogia da Alternância, uma concepção de educação que visa contribuir com o desenvolvimento regional.

Por fim, cabe dizer que no momento conjuntural atual, a Educação do Campo está inserida na agenda política e na agenda dos movimentos sociais, que conquistaram o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e organizaram as Articulações Nacional e Estadual de Educação do Campo. São reflexões recentes e que questionam o paradigma da Educação Rural, como sinônimo de atrasado e propõe o paradigma da Educação do Campo que têm como objetivo central pensar as especificidades do sujeito trabalhador, sua identidade sócio-cultural. Portanto, pensar a construção democrática e o espaço público, assim como ações no campo das lutas contra processos de exclusão, foram objetivos deste texto, no espaço limitado a ele destinado.

REFERÊNCIAS

1. ASSESOAR. **É tempo de reconstruir horizontes:** ASSESOAR 2002 a 2005 Francisco Beltrão. 2002.
2. BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999. p.147-263.
3. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União: 23 de dezembro de 1996, seção 1, p. 27839.
4. BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Manual Operacional do PRONAF.** Brasília. 1996. 47f.
5. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.** Brasília: 2001.12f.
6. BRASIL. Ministério da agricultura e do abastecimento. **PRONAF. Capacitação e Profissionalização.** Disponível em: www.pr.gov.br/pronaf/capacitacao.num Acesso em: 14 fev. 2003.
7. BRASIL. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Formação Profissional Rural.** Disponível em: www.senar.org.br/cursos/fpr.html e www.senar.org.br/senar/organ. Acesso em: 10 fev. 2003.
8. CACCIA BAVA, S. **O Terceiro Setor e desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI.** São Paulo. 1999.
9. DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
10. DRAIBE, S. M. As Políticas Sociais nos Anos de 1990. In: BAUMANN, R. **Brasil – Uma década em transição.** CEPAL. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 101-118.
11. EMATER-PR. **Balanco Social: Relatório de Atividades.** Curitiba, 2001. 36p.
12. EMATER-PR. Histórico, Missão e Objetivos e Áreas de Atuação. Disponível em: www.emater.pr.gov.br/mst.num, www.emater.pr.gov.br/missao.num Acesso em: 17 fev. 2003.
13. EMATER-PR. **Relatório Gestão 1999-2002.** Curitiba, 2002. 64p.
14. IDÉIAS. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 1998/1999. Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática, p.13-42. “**Sociedade civil e democracia:** reflexões sobre a realidade brasileira”.
15. KAUCHAKJE, S. **Movimentos Sociais na Academia:** Um olhar sobre as Teses e Dissertações produzidas na Unicamp e USP, entre 1970 – 1995. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, 1997.
16. PARANÁ. SEAB. **Projeto Paraná 12 meses – síntese.** Curitiba: 1997.
17. REICH, L. (org.). **Agricultura familiar: formação profissional,**[S.l.],2002, p. 8-20.